

-----**ACTA 3/2011**-----

-----**Da Reunião Ordinária de 31 de Janeiro de 2011**-----

-----Aos trinta e um dias do mês de Janeiro de dois mil e onze, nesta cidade de Almeirim, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores, Pedro Miguel César Ribeiro, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências:---

-----Bectricil - Construções e Obras Públicas, Ld^a, cento e sete de dois mil e dez.-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE -O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências:---

-----Guilherme Freitas Simões, noventa e três de dois mil e dez.-----

-----DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA A CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR - Foi presente pela Senhora Vereadora Maria de Fátima Cardoso a proposta do seguinte teor:-----

-----"Proposta de Regulamento para a concessão de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior.-----

-----O Regulamento Municipal para a concessão de Bolsas de Estudo para os cursos do Ensino Superior actualmente em vigor, encontra-se desajustado face à evolução verificada nos últimos anos.-----

-----Assim, e com vista a adaptar o referido documento à realidade existente propõe-se a sua aprovação em reunião de Câmara."-----

-----Transcrição do Regulamento para a Concessão de Bolsas de Estudo:-----

-----"Preâmbulo - A Constituição da Republica confere a todos os cidadãos o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidade de acesso escolar. No entanto, as grandes dificuldades socio-económicas que caracterizam hoje a sociedade portuguesa constituem para muitos um forte impedimento ao seu acesso e frequência do ensino superior.-----

-----Acresce, por outro lado, a necessidade de investir em políticas que visem a promoção das competências académicas e profissionais dos cidadãos, como forma de assegurar o desenvolvimento do Concelho, em especial, o que passa necessariamente pelo apoio à escolaridade, devendo ser promovidas e desenvolvidas acções para que os jovens não interrompam o seu percurso escolar. As acções desta natureza enquadram-se nas competências atribuídas às Autarquias Locais - artigo 13º, nº 1, alínea d), da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro.-----

-----Atenta a este facto, a Câmara Municipal de Almeirim, com o intuito de contribuir para, na medida das suas possibilidades, minorar tal situação entende dever instituir um sistema de

bolsas de estudos especialmente dedicada a alunos do ensino superior e, ao mesmo tempo, estabelecer de forma clara e objectiva os critérios de atribuição dos apoios ao prosseguimento de estudos.-----

-----Artigo 1º - Leis Habilitantes -----

-----O presente Regulamento tem como leis habilitantes:-----

-----a) Artigo 241º da Constituição da República Portuguesa;----

-----b) Alínea c) e d) do nº 4 do artigo 64º da Lei 160/99, de 18 de Setembro;-----

-----c) Alínea d) do nº 1 do artigo 13º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro;-----

-----d) Alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----Artigo 2º - Objecto -----

-----1 - O presente regulamento visa estabelecer o regime e os princípios gerais de atribuição de bolsas de estudo, por parte da Câmara Municipal de Almeirim, a alunos que ingressem ou frequentam estabelecimentos de ensino superior público, com reconhecido mérito escolar e cuja situação económica do agregado familiar assim o justifique.-----

-----2 - Entende-se por estabelecimento de ensino superior todo aquele que ministra cursos aos quais seja conferido o grau académico de licenciatura designadamente:-----

-----a) Universidades;-----

-----b) Institutos Politécnicos;-----

-----c) Institutos Superiores.-----

-----Artigo 3º - Montante e Periodicidade-----

-----1 - O número de bolsas de estudo a conceder em cada ano lectivo, bem como o quantitativo monetário de cada uma, será estabelecido anualmente pela Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----2 - A bolsa de estudo será anual a atribuída durante 10 meses.-----

-----3 - Sempre que um candidato ou bolseiro receba benefícios de qualquer outra entidade para o mesmo fim, será obrigatória a sua comunicação à Câmara Municipal de Almeirim através do

respectivo documento comprovativo o qual deverá incluir o seu montante.-----

-----Artigo 4º - Período de candidaturas-----

-----As candidaturas às bolsas de estudo a conceder deverão ser apresentadas anualmente de 1 a 31 de Outubro.-----

-----II - Processo de Candidatura - Artigo 5º-----

-----Podem candidatar-se à atribuição de bolsas de estudo, os estudantes que preençam, cumulativamente, as seguintes condições:-----

-----a) Serem de nacionalidade portuguesa;-----

-----b) Serem residentes no Concelho de Almeirim há mais de 5 anos;-----

-----c) Terem tido bom aproveitamento escolar no ano lectivo anterior;-----

-----d) Não serem detentores de qualquer tipo de grau de ensino superior;-----

-----e) Apresentarem comprovativo de como solicitaram bolsa nos Serviços Sociais da Universidade e respectivo deferimento/indeferimento do serviço.-----

-----Artigo 6º - Apresentação da candidatura-----

-----1 - A candidatura à bolsa de estudo é requerida mediante o preenchimento de ficha individual, na qual se identificará o candidato, indicando nome completo, filiação, data de nascimento, numero de identificação, residência, estado civil, curso que frequenta e respectivo ano, média do ano transacto e profissão. A ficha será fornecida aos interessados pelo Serviço de Atendimento da Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----2 - Têm legitimidade para efectuar a apresentação da candidatura :-----

-----a) - O estudante, quando maior de idade;-----

-----b) - Os encarregados de educação ou o responsável pela sua educação, quando o estudante for menor;-----

-----3 - A apresentação da candidatura deverá ocorrer no período de tempo descrito no artigo 4º;-----

-----4 - Aquando a apresentação da candidatura, deverá ser

fornecida uma cópia do presente Regulamento aos candidatos.-----

-----Artigo 7º - Documentação-----

-----A ficha de candidatura referida no artigo anterior deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:-----

-----a) Fotocópia do cartão de identificação, do cartão de contribuinte e cartão de eleitor ou, no caso do candidato ser menor de idade, cartão de contribuinte do encarregado de educação;-----

-----b) Atestado de residência, emitido pela Junta de Freguesia da área da sua residência onde conste a composição do agregado familiar e o tempo de residência no Concelho;-----

-----c) Documento comprovativo da titularidade do curso do ensino secundário e da respectiva classificação (média);-----

-----d) Certificado de matrícula no ensino superior, em caso de ingresso, com especificação do curso;-----

-----e) Declaração do estabelecimento de ensino que frequentou no ano lectivo anterior, comprovando o aproveitamento escolar, e certificado de matrícula com especificação do curso e ano quando se tratar de estudantes já integrados no ensino superior;-----

-----f) Fotocópia da ultima declaração de IRS e/ou IRC, referente a todos os elementos do agregado familiar, relativa ao ano civil anterior ao ano lectivo a que se refere a candidatura ou, na falta desta, documento comprovativo da situação face ao emprego, a emitir pela Segurança Social ou Centro de Emprego da área da residência;-----

-----g) Certidão emitida pela Repartição de Finanças de Almeirim onde se declara que o agregado familiar está isento da apresentação de declaração de rendimentos, se for caso disso;---

-----h) Declaração, sob compromisso de honra, assinada pelo encarregado de educação ou pelo candidato, quando for maior de idade, em como tomou conhecimento do teor do presente regulamento e ficou ciente das obrigações nele constantes;-----

-----i) Declaração de bens patrimoniais do agregado familiar passada pela Repartição de Finanças da sua área de residência;--

-----j) Documentos comprovativos de encargos com a habitação

(renda, aquisição ou construção);-----
-----K) Outros documentos comprovativos de situações específicas declaradas, que o Sector da Educação entenda necessários para a avaliação do processo de candidatura à bolsa de estudo.-----
-----Artigo 8º - Cálculo do rendimento-----
-----O cálculo do rendimento per capita mensal do agregado familiar é o realizado de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:-----
----- $C=R - (I+S+H)/ 12 \times N$ -----
-----Sendo que:-----
-----C = Rendimento mensal per capita;-----
-----R = Rendimento anual ilíquido do agregado familiar;-----
-----I = Impostos e Contribuições, até ao limite fixado por Despacho do Ministério da Educação;-----
-----H = Encargos anuais com a habitação até ao limite de 30% dos rendimentos declarados;-----
-----S = Encargos com a saúde até ao limite fixado por despacho ministerial;-----
-----N = Numero de elementos do agregado familiar.-----
-----Artigo 9º - Critérios de selecção-----
-----Quando não seja possível atender a todos os pedidos, por a quantidade de candidaturas ser superior ao numero de bolsas de estudo a atribuir, serão consideradas, por ordem decrescente, as seguintes condições de preferência:-----
-----a) Menor rendimento liquido per capita do agregado familiar;-----
-----b) Melhor aproveitamento escolar obtido no ano lectivo anterior;-----
-----2 - Em caso de igualdade, a melhor média de classificação final nos últimos três anos;-----
-----As bolsas de estudo atribuídas serão aprovadas em Reunião Municipal;-----
-----4 - Consideram-se inatendíveis os pedidos de renovação que não derem entrada na Câmara Municipal de Almeirim dentro do prazo mencionado neste Regulamento, ou que não estiverem

devidamente instruídos.-----
-----Artigo 10º - Processo de análise -----
-----1 - A selecção dos candidatos caberá ao técnico responsável, designado para o efeito pela Câmara Municipal;-----
-----2 - A decisão do técnico terá obrigatoriamente de ser num prazo de trinta dias úteis, uma vez terminado o período de candidatura referenciado do artigo 4º do presente regulamento;--
-----3 - Para efeitos de selecção a que se refere o primeiro anterior, o técnico responsável utilizará, obrigatoriamente, os seguintes critérios:-----
-----a) Rendimento per capita mensal do agregado familiar indexado ao salário mínimo nacional para os trabalhadores da industria (SMN)-----
-----Até 25% do SMN - 30 pontos;-----
-----> 25% e até 35% do SMN - 20 pontos;-----
-----> 35% e até 45% do SMN - 10 pontos;-----
-----> 45% e até 50% do SMN - 5 pontos;-----
-----b) Melhor aproveitamento escolar do candidato-----
-----> 18 valores - 10 pontos;-----
-----De 16 a 18 valores - 7 pontos;-----
-----De 13 a 15 valores - 5 pontos;-----
-----< 13 valores - 3 pontos;-----
-----c) Menor idade do candidato, à data da candidatura;-----
-----Até 19 anos - 10 pontos;-----
-----De 19 a 22 anos - 5 pontos;-----
----->22 anos - 3 pontos-----
-----d) Dimensão do agregado familiar:-----
-----Agregado familiar com número de elementos =< 4 - 5 pontos;-
-----Agregado familiar com número de elementos => 5 e <=7 - 10 pontos;-----
-----Agregado familiar com numero de elementos => e <= 10 - 15 pontos;-----
-----Agregado familiar com número de elementos => 11 - 20 pontos;-----
-----e) Renovação de bolsa de estudo:-----

-----1ª renovação - 5 pontos;-----
----->1ª renovação - 10 pontos.-----
-----3 - Em caso de empate pontual prevalece o candidato com menor rendimento mensal per capita.-----
-----4 - Caso o candidato seja já beneficiário de uma outra bolsa de estudo ou subsidio equivalente para o mesmo ano lectivo de valor inferior à bolsa de estudo atribuída pela Câmara Municipal de Almeirim, não lhe poderá ser atribuído o montante desta ultima por inteiro, mas apenas o montante respeitante à diferença entre ambas.-----
-----5 - Feito o escalonamento, elaborar-se-á uma lista provisória onde constarão os seguintes elementos:-----
-----a)Nome completo do candidato;-----
-----b)Posição obtida;-----
-----c)Menção de "Admitido" ou "Excluído";-----
-----d)Fundamentação das exclusões;-----
-----6 - A lista referida no numero anterior será afixada para consulta no edifício dos Paços do Município e dela será dado conhecimento a cada um dos candidatos por meio de carta registada com aviso de recepção;-----
-----7 - Os candidatos poderão reclamar da lista para o Vereador responsável, apresentando para o efeito exposição escrita e devidamente fundamentada, no prazo de cinco dias úteis a contar da data de afixação da lista;-----
-----Da decisão tomada sobre a reclamação será dado conhecimento ao reclamante, não havendo lugar a recurso;-----
-----9 - A fim de fundamentar a sua decisão e, caso entenda conveniente, o técnico responsável poderá:-----
-----a)Proceder a consulta junto da Junta de Freguesia onde o candidato resida;-----
-----b)Convocar os candidatos para entrevista individual;-----
-----c)Solicitar outros meios de prova que considere necessários.-----
-----Artigo 11º - Deveres dos bolseiros-----
-----Constituem obrigações dos bolseiros:-----

-----a) Prestar todos os esclarecimentos e fornecer todos os documentos que forem solicitados pela Câmara Municipal, no âmbito da atribuição de bolsas de estudo;-----

-----b) Comunicar à câmara Municipal, qualquer alteração das condições de candidatura e de atribuição da Bolsa de Estudo que possam influir nos resultados previamente estabelecidos;-----

-----c) Comunicar à Câmara Municipal a atribuição e o montante da bolsa ou subsidio por parte de outra entidade e apresentar o respectivo comprovativo a fim de ser reavaliada a situação;-----

-----d) Manter a Câmara Municipal informada do aproveitamento escolar dos seus estudos, através da comprovação das notas na avaliação final de cada semestre.-----

-----Artigo 12º - Direitos dos bolseiros-----
-----Constituem direitos dos bolseiros da Câmara Municipal de Almeirim:-----

-----a) Receber integralmente e dentro dos prazos estipulados as prestações da bolsa atribuída - prestações mensais;-----

-----b) Ter conhecimento de qualquer alteração ao presente Regulamento.-----

-----Artigo 13º- Renovação da bolsa de estudo-----

-----1 - O processo de renovação de bolsa de estudo segue os tramites previstos no artigo 6º de presente regulamento;-----

-----2 - A renovação da bolsa pressupõe, obrigatoriamente, a obtenção de aproveitamento escolar por parte do candidato, salvo por motivos de força maior devidamente comprovados, designadamente, doença prolongada;-----

-----3 - Será dada preferência, no processo de selecção de candidaturas, aos candidatos que pretendam a renovação da bolsa de estudo, desde que se mantenham actuais as condições de acesso previstas no presente regulamento.-----

-----Artigo 14º - Cessaçao da bolsa -----

-----1 - Constituem causas da cessação imediata da bolsa de estudo:-----

-----a) A prestação, por omissão ou inexactidão, de falsas declarações à Câmara Municipal de Almeirim pelo candidato ou seu

representante;-----

-----b) Alteração favorável da situação económica do candidato ou do seu agregado familiar;-----

-----c) A desistência da frequência do curso, salvo motivo de força maior comprovado, como por exemplo, doença prolongada;----

-----d) A reprovação/falta de aproveitamento no ano lectivo anterior ao da candidatura;-----

-----e) Mudança de residência para outro concelho;-----

-----f) Aceitação de outra bolsa ou subsidio concedido por outra instituição para o mesmo ano lectivo, salvo se for dado conhecimento à Câmara Municipal, e esta, ponderadas as circunstancias, considerar justificada a acumulação dos dois benefícios;-----

-----g) O incumprimento das obrigações previstas no artigo 11º.-

-----2 - Nos casos previstos no numero anterior, a Câmara Municipal de Almeirim reserva-se o direito de exigir do bolseiro ou daqueles de quem estiver a cargo, a restituição das mensalidades eventualmente pagas, bem como de adoptar os procedimentos julgados adequados.-----

-----Artigo 15º - Lista definitiva-----

-----Findo o período de reclamações, os técnicos responsáveis analisarão as mesmas, caso existam, e consequentemente elaboram, a lista definitiva, devidamente fundamentada que será submetida a reunião de Câmara Municipal para deliberação.-----

-----Artigo 16º - Liquidação das bolsas-----

-----As bolsas de estudo serão liquidadas mensalmente aos interessados se maiores de 18 anos ou, caso contrário, aos respectivos encarregados de educação, durante 10 meses.-----

-----Os alunos que se encontrem colocados numa Instituição Escolar que diste a uma distancia igual ou inferior a 30 Kms da sua residência, apenas ser-lhes-á pago o subsidio de transporte (equivalente ao passe mensal) e/ou um valor mediante o rendimento liquido per capita do agregado familiar, que será liquidado através de um pagamento único.-----

-----O valor da bolsa atribuída pela Câmara adicionada à

atribuída pela Universidade, não deverá exceder os 400€;-----

-----Artigo 17º - Reapreciação de valores-----

-----A bolsa de estudo será reapreciada quando o bolseiro melhorar significativamente a sua disponibilidade económica ou passe a receber benefícios de outra Entidade, que somados à bolsa atribuída pelo município, não deverá ultrapassar os 400€ mensais.-----

-----Artigo 18º - Duvidas e omissões-----

-----Caberá à Câmara Municipal de Almeirim decidir em todos os casos de duvidas e omissões ao presente regulamento.-----

-----Artigo 19º - Norma revogatória-----

-----Com a entrada em vigor do presente regulamento ficam revogadas todas as disposições constantes do regulamento anterior.-----

-----Artigo 20º - Entrada em vigor-----

-----O presente Regulamento entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação em Diário da Republica."-----

-----A Senhora Vereadora Maria de Fátima esclareceu que o regulamento anterior se encontra desajustado, que haviam situações que não estavam bem explicitas e que para evitar reclamações, se procedeu a algumas alterações.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo questionou porque é que primeiro foi levado a Reunião de Câmara a lista de atribuição de bolsas de estudo e só depois é que se trouxe a alteração do regulamento. Disse ainda que o nº 4 do artigo 9 não cumpre com o CPA, que tem de haver um prazo de 8 dias para entrega de documentos em falta, que se deve acrescentar mais um ponto com a seguinte redacção:"Sem prejuízo do numero anterior, deverá ser dado aos candidatos o prazo de oito dias para entrega de documentos em falta."-----

-----A Senhora Vereadora Maria de Fátima respondeu que estas alterações seguem determinados procedimentos legais, tornando-se desta forma necessário apresentá-las neste momento para que possa entrar em vigor em Outubro.-----

-----Posta a proposta de alteração ao Regulamento, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE MAPA DE PESSOAL DE NOVE LUGARES DE ASSISTENTE TECNICO PARA EXERCICIO DE FUNÇÕES NA AREA DA EDUCAÇÃO, PARA POSTERIOR RECRUTAMENTO ATRAVES DE PROCEDIMENTO CONCURSAL - A Senhora Vereadora Maria de Fátima Cardoso, apresentou a seguinte proposta:"Alargamento em mapa de pessoal de nove lugares na função de Assistente Técnico para exercício de funções na área da Educação.-----

-----Fundamentação: A continuidade da Componente de Apoio à Família torna-se fundamental, pois além do reforço da educação pré-escolar, consiste ainda numa mais valia para as famílias assegurando a permanência das crianças no espaço escolar entre as oito horas e trinta minutos e as nove horas no período da manhã, e as quinze e trinta até às dezanove e trinta no período da tarde. Este horário permite aos Encarregados de Educação desenvolver a sua actividade laboral conscientes do bem estar dos seus educandos.-----

-----A Autarquia tem como principal preocupação, no âmbito da educação pré-escolar a manutenção do serviço da Componente de Apoio à Família, que será assegurada pelos Assistentes Técnicos.-----

-----Salienta-se que é na fase dos três aos seis anos que a criança inicia a aquisição e interiorização das normas e dos valores básicos universais, que permite um desenvolvimento equilibrado ao nível biológico psíquico e social.-----

-----Proposta: Face ao exposto, proponho o alargamento em mapa de pessoal de nove lugares na função de Assistente Técnico para exercer funções na área da Educação, para posterior recrutamento através do respectivo procedimento concursal".-----

-----A Senhora Vereadora Fátima Cardoso informou que esta alteração tem a ver com a extrema necessidade de pessoal para assegurar os horários referidos na proposta.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo mencionou que a proposta se refere à criação de lugares e que deveria ser alterada para "alargamento" dos mesmos. Com a concórdia por parte do Executivo, a proposta foi alterada, tendo a redacção acima transcrita.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício usou da palavra e disse que já neste Executivo, chamou a atenção para o facto de com a criação do Centro Escolar, o pessoal existente era o necessário, ao que na altura lhe foi respondido que sim. Mais disse que quando foram feitas as transferências de pessoal para a Autarquia, não foi dada a oportunidade de saber o conteúdo do protocolo com o Ministério da Educação, e não foi emitido mais nenhum parecer, questionando de quem é a responsabilidade financeira.-----

-----O Senhor Vice Presidente respondeu que esta CAF já existe há muito na Câmara, não tendo nada a ver com a construção do Centro Escolar e que neste momento a questão é que estas funções estavam garantidas por pessoas com contrato a prazo, sendo intenção alterar para contrato a termo certo para contrato a tempo indeterminado. Informou também que a verba da transferência tem a ver com o número de crianças que frequentam a CAF.-----

-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.--

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO, UTILIZAÇÃO E GESTÃO DO CINE-TEATRO DE ALMEIRIM---

-----Foi presente pelo Senhor Vereador José Carlos, a seguinte proposta:-----

-----"Utilização e Gestão do Cine-Teatro de Almeirim.-----

-----Considerando o aumento do numero de pedidos de utilização do Cine-Teatro;-----

-----Considerando que uma percentagem desses pedidos são para

organizações que não têm ligação ao espectáculo;-----
-----Considerando o numero de solicitações por organizações ou entidades particulares;-----
-----Considerando ainda a desactualização das normas de utilização vigentes;-----
-----Proponho a análise, discussão e votação da proposta aqui apresentada."-----
-----Passo a transcrever a proposta de Regulamento de Funcionamento, Utilização e Gestão do Cine-Teatro de Almeirim.--
-----"Nos termos do disposto nos artigos 112º, nº 8 e 241º da Constituição da Republica Portuguesa, do preceituado na alínea a) do nº 2 do artigo 53º e na alínea f) do nº 2 do artigo 64º e na alínea a) do nº 6 do mesmo artigo 64º, todos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Almeirim, sob proposta da Câmara Municipal, aprova o seguinte Regulamento de Funcionamento, Utilização e Gestão do Cine-Teatro de Almeirim:--
-----Capitulo I - Disposições Gerais-----
-----Artigo 1º - Âmbito e aplicação - O presente regulamento estabelece as regras gerais e especificas de funcionamento, gestão e utilização do cine-teatro de Almeirim.-----
-----Artigo 2º - Instalações - O cine-teatro de Almeirim é um equipamento municipal, com funções de apresentação regular de espectáculos de natureza artística, da realização de colóquios, seminários, conferencias e congressos, bem como outras actividades de interesse publico.-----
-----Artigo 3º - Utilizadores - Para efeitos do presente regulamento, consideram-se utilizadores do cine-teatro de Almeirim, o publico, os artistas, os técnicos, os organizadores ou outros elementos que acompanhem as produções e outras iniciativas, a quem for cedido o espaço.-----
-----Artigo 4º - Gestão das instalações -----
-----1 - A gestão do cine-teatro de Almeirim compete à Câmara Municipal de Almeirim, que pode delegar no Presidente da câmara poderes para o exercício dessa competência, com a possibilidade

de subdelegação de poderes em quaisquer vereadores, por decisão e escolha do presidente.-----

-----2 - A Câmara Municipal poderá concessionar a exploração no bar existente no cine-teatro de Almeirim, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis.-----

-----Capítulo II - Normas de funcionamento e utilização -----

-----Artigo 5º - Horário de funcionamento-----

-----1 - O cine-teatro de Almeirim funciona durante todo o ano, fechando alguns dias para descanso do pessoal, manutenção do espaço e equipamentos.-----

-----Compete ao presidente da câmara municipal ou ao vereador delegado, estabelecer o horário de funcionamento, bem como fixar os períodos de encerramento ao publico referidos no nº anterior, conforme consta no anexo I do presente regulamento.-----

Artigo 6º - Cedência de instalações -----

As instalações do cine-teatro de Almeirim poderão ser cedidas por períodos determinados, a titulo gratuito ou oneroso, unicamente para fins enunciados no artigo 2º.-----

-----2 - As instalações só podem ser utilizadas por pessoas singulares ou colectivas, desde que previamente autorizadas, sendo vedada a posterior cedência a terceiros.-----

-----3 - A utilização das instalações obedecerá aos condicionalismos expressos na autorização face ao pedido de cedência.-----

-----4 - A violação do disposto nos artigos nº 2 e 3 do presente artigo, implica o cancelamento imediato da autorização concedida.-----

-----Artigo 7º - Pedido de cedência -----

-----1 - O pedido de cedência das instalações é dirigido, sob forma de requerimento, ao presidente da câmara, onde deve constar:-----

-----a) Identificação completa do interessado (nome, firma ou denominação);-----

-----b) Morada ou sede social;-----

-----c) Uso pretendido;-----

-----d) Indicação das zonas do cine-teatro que se pretende utilizar;-----

-----e) Dias e horário em que se pretende a utilização.-----

-----2 - O requerimento é acompanhado dos seguintes elementos:--

-----a) Lista de material técnico necessário;-----

-----b) Termo de responsabilidade, subscrito pelo requerente, em como se compromete a cumprir e fazer cumprir as normas constantes no presente regulamento, a observar regras de boa conduta e a reparar a câmara municipal pelos eventuais danos causados nas instalações e/ou nos equipamentos.-----

-----3 - O requerimento a que se refere o presente artigo, deve ser apresentado com a antecedência mínima de 6 dias úteis, relativamente à data do início do evento.-----

-----Artigo 8º - Indeferimento-----

-----O pedido de cedência será indeferido sempre que se verifique uma das seguintes situações:-----

-----a) Impossibilidade de conciliação com outros pedidos efectuados;-----

-----b) Seja previsível que ocorra um claro risco para a segurança dos utilizadores ou para a conservação das instalações e dos equipamentos;-----

-----c) A actividade que se pretenda realizar não se enquadre nas finalidades previstas no artigo 2º;-----

-----d) As actividades que se pretende realizar possam por em causa o bom nome do município, a honra dos munícipes ou das quais não resultem benefícios para a comunidade.-----

-----e) Impossibilidade de garantia de meios e condições necessários à prestação de um serviço de qualidade.-----

-----Artigo 9º - Comunicação da autorização -----

-----1 - A autorização da cedência das instalações é comunicada ao requerente, por escrito, no prazo máximo de 30 dias, relativamente à data de início do evento.-----

-----2 - Na autorização constarão obrigatoriamente os condicionalismos a que os utilizadores ficam vinculados, as condições acordadas e o início do período de cedência.-----

-----Artigo 10º - Cancelamento da autorização de cedência-----

-----Para além dos casos previstos no nº 5 do artigo 6º do regulamento, a autorização de cedência será cancelada quando se verificar umas das seguintes situações:-----

-----a) Não se mostrem pagas as taxas devidas, consoante a tabela de taxas (anexo 2) do presente regulamento.-----

-----b) No caso de entidades privadas ou com fins lucrativos se não for feita prova do seguro de responsabilidade civil, a que se refere o artigo 13º.-----

-----Artigo 11º - Prioridade na cedência das instalações-----

-----1 - As actividades promovidas pela câmara municipal de Almeirim têm prevalência sobre as demais utilizações.-----

-----2 - Têm, ainda prioridade, outros pedidos de cedência para actividades promovidas pelas associações e colectividades do concelho.-----

-----3 - Caso se verifique coincidência de pedidos de cedência dos mesmos espaços para iniciativas similares, prevalecerá aquele que primeiro tiver dado entrada nos serviços municipais.-

-----Artigo 12º - Lotação-----

-----1 - A lotação da sala de espectáculos é de 270 lugares e em caso algum pode ser excedida.-----

-----É expressamente proibido à entidade cessionária vender bilhetes ou facultar a admissão de espectadores para além da lotação fixada, respondendo pela inobservância desse imperativo legal.-----

-----Artigo 13º - Taxas e preços devidos-----

-----1 - A cedência das instalações do cine-teatro encontra-se sujeita ao pagamento das taxas constantes tabela de taxas (Anexo II).-----

-----2 - Em casos excepcionais e devidamente fundamentados, designadamente para iniciativas de solidariedade, bem como para iniciativas promovidas pelas associações e colectividades do concelho, poderá a câmara municipal deliberar a isenção do pagamento das taxas.-----

-----3 - Nos casos previstos no nº 1, o montante deverá ser pago

na tesouraria municipal até ao dia útil imediatamente anterior, relativamente à data de início do evento.-----

-----4 - O ingresso para os espectáculos e outras iniciativas promovidas pela câmara municipal de Almeirim, faz-se mediante a prévia aquisição do respectivo bilhete, cujo preço é aprovado pela câmara municipal.-----

-----5 - Exceptua-se do disposto no numero anterior, os espectáculos e outras iniciativas que a câmara municipal tenha deliberado como sendo de "entrada livre".-----

-----6 - A aquisição dos bilhetes efectua-se na bilheteira do cine-teatro e ou em local a indicar posteriormente pela entidade organizadora.-----

-----7 - Poderão ser aceites reservas de bilhetes, os quais serão levantados até 30 minutos antes do início dos espectáculos ou das iniciativas, ficando a bilheteira livre de qualquer compromisso após esse período.-----

-----8 - Quando as actividades não são da responsabilidade da câmara municipal, a bilheteira é da responsabilidade da entidade organizadora.-----

-----9 - No caso do numero anterior os encargos inerentes à realização de bilheteira são responsabilidade da entidade organizadora.-----

-----Artigo 14º - Seguro de Responsabilidade Civil-----

-----As entidades autorizadas a utilizar as instalações, têm, obrigatoriamente, de fazer prova de existência de seguro de responsabilidade civil, que abranja todo o funcionamento das actividades a desenvolver, sob pena de cancelamento da autorização de cedência.-----

-----Artigo 15º - Responsabilidade pela utilização das instalações cedidas-----

-----1 - As entidades autorizadas a utilizar as instalações são responsáveis pelas actividades desenvolvidas e pelos danos que causarem, nomeadamente por terceiros, durante o período de utilização.-----

-----2 - Os danos causados durante o exercício das actividades

importarão sempre na reposição dos bens danificados no seu estado inicial ou no pagamento do valor dos prejuízos causados.-

-----3 - A câmara municipal não se responsabiliza por quaisquer danos, roubos ou extravio de objectos de propriedade de entidade utilizadora.-----

-----Artigo 16º - Acesso às instalações pelo publico-----

-----1 - A entrada do publico faz-se obrigatoriamente pela porta principal do cine-teatro, excepto em situações devidamente autorizadas.-----

-----2 - É vedado o acesso às instalações:-----

-----a) A quem se apresente notoriamente embriagado ou aparente se encontrar em estado susceptível de provocar desordens;-----

-----b) A animais, salvo o disposto na alínea c) do numero 2 do artigo 21;-----

-----c) A quem não seja, em espectáculo pago, portador de bilhete pago.-----

-----3 - A câmara municipal de Almeirim reserva-se o direito de impedir o acesso ou permanência a indivíduos cujo comportamento possa perturbar o normal funcionamento das actividades em curso, designadamente:-----

-----a) Recusa do pagamento dos serviços utilizados;-----

-----b) Comportamento desadequado, susceptível de provocar distúrbio ou prática de actos de violência;-----

-----Artigo 17º - Prioridade no acesso às instalações-----

-----Têm prioridade de acesso às instalações, pessoas nas seguintes condições:-----

-----a) Invisuais e respectivo acompanhante;-----

-----b) Portadores de incapacidade física e respectivo acompanhante;-----

-----c) Portadores de incapacidade mental e respectivo acompanhante;-----

-----d) Grávidas.-----

-----Artigo 18º - Utilização das instalações pelas entidades autorizadas-----

-----1 - Toda a equipa das entidades autorizadas só pode aceder

ao cine-teatro de Almeirim pela designada "Entrada de Artistas".-----

-----2 - Todo o equipamento, cenários, adereços e demais elementos das actividades só podem dar entrada pela "Entrada de Artistas" e pela entrada de cenários, com excepção de casos pontuais a serem analisados individualmente.-----

-----3 - Não é permitido aos utilizadores ou intervenientes em espectáculos ou outras iniciativas a modificação ou utilização dos espaços para outros fins que não aquele para o qual foram destinados.-----

-----4 - Qualquer outra utilização de determinado espaço será sempre objecto de autorização da câmara municipal, ou por quem tenham sido delegados poderes, nos termos do nº 1 do artigo 4º.-

-----5 - A fixação, por parte das entidades organizadoras, de quaisquer materiais promocionais, tais como cartazes, fotografias ou outros, depende de autorização da câmara municipal ou por quem tenham sido delegados poderes, nos termos do nº 1 do artigo 4º.-----

-----6 - A instalação de mesas de apoio/recepção e outros serviços durante a realização de congressos, conferencias ou encontros, carece de autorização da câmara municipal ou por quem tenham sido delegados poderes, nos termos do nº 1 do artigo 4º.-

-----7 - As autorizações previstas nos nºs 4 a 6 do presente artigo, estão condicionadas pela ocupação e arranjo do espaço, bem como pela segurança e livre circulação das pessoas.-----

-----Artigo 19º - Reprodução e captação de som e imagem.-----

-----1 - Não é permitido fotografar, filmar ou fazer gravações de som em qualquer zona do cine-teatro de Almeirim, excepto se tal for autorizado pelos promotores da iniciativa, bem como pela câmara municipal ou por quem tenha poderes delegados nos termos do nº 1 do artigo 4º.-----

-----2 - No caso de ser autorizado fotografar, filmar, gravar som ou captar imagens, a circulação está limitada à zona da plateia e condicionada pelas exigências técnicas dos espectáculos, das iniciativas em causa, bem como pelo respeito

da segurança do publico e de todos os intervenientes.-----

-----Artigo 20º - Material e equipamentos-----

-----1 - O equipamento fixo e móvel existente nas instalações é propriedade municipal, salvo registo em contrário, devendo manter-se sempre actualizado no respectivo inventário.-----

-----2 - O equipamento só poderá ser utilizado pelos técnicos municipais, e quando as instalações tenham sido previamente cedidas a qualquer entidade, nos termos do artigo 6º, sob supervisão de um técnico designado pela câmara municipal.-----

-----Artigo 21º - Responsabilidade pela utilização das instalações-----

-----1 - As entidades autorizadas a utilizar as instalações são responsáveis pelas actividades desenvolvidas e pelos danos que causarem, nomeadamente por terceiros, durante o período de utilização.-----

-----2 - Os danos causados durante o exercício das actividades importarão, sempre, na reposição dos bens danificados no seu estado, à data da utilização, ou no pagamento do valor dos prejuízos causados.-----

-----3 - A Entidade utilizadora é a responsável exclusiva por qualquer infracção à legislação sobre espectáculos e divertimentos públicos.-----

-----Capítulo III - Regra de Conduta e Sanções-----

-----Artigo 22º - Regras de conduta-----

-----1 - Nas instalações do cine-teatro de Almeirim, é expressamente proibido fumar, salvo na varanda exterior, junto ao corredor técnico.-----

-----É igualmente proibido:-----

-----a) Comer ou tomar bebidas fora da zona do bar ou da zona dos camarins;-----

-----b) A utilização de telemóveis no interior da sala de espectáculos ;-----

-----c) A entrada de animais, excepto quando acompanhantes de invisuais ou quando sejam parte integrante do espectáculo, não podendo, em caso algum, por em causa a segurança das

instalações, pessoas e bens, sendo a sua permanência limitada a uma área restrita;-----

-----d) Desrespeitar a sinalética existente no local;-----

-----e) Provocar ruído que possa prejudicar a actividade desenvolvida, que incomode o publico ou lese o trabalho dos artistas e dos técnicos;-----

-----f) Fazer-se transportar de objectos volumosos ou nocivos para o publico;-----

-----g) A entrada na sala depois do inicio do espectáculo, salvo nas situações devidamente autorizadas pela entidade organizadora.-----

-----Artigo 23º - Pessoal ao serviço das instalações-----

-----1 - O pessoal em serviço nas instalações do cine-teatro de Almeirim pode ser pertencente ao quadro da autarquia ou tarefeiro contratado, podendo ser coadjuvado por elementos que acompanhem as produções e outras iniciativas, mas sempre sob orientação de técnicos municipais.-----

-----2 - No local e durante o horário de funcionamento do cine-teatro, são atribuições do pessoal de serviço:-----

-----a) Assegurar o normal funcionamento do cine-teatro;-----

-----b) Cumprir e fazer cumprir o regulamento em vigor;-----

-----c) Participar por escrito, no prazo de 24 horas, à entidade a que se refere o artigo 4º, qualquer infracção ao presente regulamento;-----

-----d) Abertura e fecho das instalações, bem como limpeza geral.-----

-----e) Manusear o equipamento técnico fixo e móvel, segundo as regras de segurança em vigor, bem como proceder à regular manutenção;-----

-----f) Controlar as entradas nas instalações;-----

-----g) Fazer guarda da receita arrecadada na bilheteira e prestar contas, de acordo com o POCAL e o regulamento de controlo interno;-----

-----h) Dar cumprimento ao disposto no nº 2 do artigo 24º.-----

-----Artigo 24º - Sanções-----

-----1 - A violação de qualquer disposição constante no presente regulamento será punida com as seguintes sanções:-----

-----a) Cancelamento da autorização de cedência das instalações nas situações previstas no artigo 10º, tratando-se das entidades a que se refere o nº 2 do artigo 6º;-----

-----b) Suspensão de acesso às instalações do cine-teatro, por um período de 15 dias, por violação de uma das regras de conduta enunciadas do artigo 21º;-----

-----c) Suspensão de acesso às instalações do cine-teatro, por um período de 30 dias, quando os utilizadores se apresentem notoriamente embriagados, ou provoquem distúrbios que ponham em causa a segurança das instalações, a do publico e dos funcionários;-----

-----d) Suspensão de acesso às instalações do cine-teatro, por um período de 2 anos, sempre que os utilizadores pratiquem actos de grave indisciplina ou incitem à sua pratica e ponham em causa a ordem publica;-----

-----2 - A aplicação das sanções previstas no numero anterior, compete à entidade a que se refere o nº 1 do artigo 4º, na sequencia da participação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artigo 22º.-----

-----3 - A aplicação das sanções previstas nas alíneas b), c) e d) do nº 1, far-se-á na sequencia de audiência prévia ao infractor.-----

-----4 - Qualquer prejuízo ou dano causado nas instalações ou equipamentos, além das referidas no presente regulamento, podem implicar indemnização à câmara municipal de Almeirim no valor do prejuízo causado.-----

-----Capitulo IV - Disposições finais -----

-----Artigo 25º - Aceitação do regulamento-----

-----1 - A utilização das instalações do cine-teatro de Almeirim pressupõe conhecimento e aceitação das normas do presente regulamento.-----

-----2 - O presente regulamento, bem como extractos com as principais regras de utilização, deveres e direitos, serão

afixados em locais bem visíveis nas instalações do cine-teatro.-

-----Artigo 26º - Entrada em vigor-----

-----O presente regulamento entra em vigor 15 dias sobre a sua publicação, nos termos legais.-----

-----Regulamento de funcionamento, utilização e Gestão do cine-teatro de Almeirim -----

-----Anexo I - Horário de Funcionamento-----

-----Segunda a Sexta: 9.00 horas - 12.30 horas-----

-----14.00 horas - 17.30 horas-----

-----Nos dias/noites em que esteja agendado um espectáculo ou outro tipo de actividade prevista nos artigos nº2 e nº6 do Regulamento de Funcionamento, Utilização e Gestão no cine-teatro de Almeirim, o horário será alterado mediante acordo prévio com a entidade organizadora.-----

-----Encerra:-----

-----Mês de Janeiro (manutenção), Ano Novo, Sexta Feira Santa, Domingo de Páscoa e Natal.-----

-----Horário de bilheteira:-----

-----Dias de espectáculo:-----

-----Espectáculo à tarde: 2 horas antes do inicio do espectáculo.-----

-----Espectáculos à noite: 2 horas antes do inicio do espectáculo.-----

-----Conforme o artigo 21º, numero 2, alínea g), a bilheteira encerrará após o inicio do espectáculo.-----

-----Em dias sem actividade ou de entrada livre a bilheteira estará encerrada, salvo em caso de obrigatoriedade de levantamento de ingresso(lugares marcados).-----

-----Anexo II - Tabela de Taxas-----

-----Entidades privadas-----

-Períodos cedência---D.Úteis/valor---Feriados/fim semana/valor-

----9.00h-13.00h-----100€-----150€-----

----14.00h-18.00h-----100€-----150€-----

-----20.00h-24.00h-----150€-----200€-----
-----Hora extra-----50€-----100€-----
-----Inclui: instalações e equipamento técnico disponível no
cine-teatro; 1 Técnico de apoio.-----

-----Entidades sem Fins Lucrativos - Associações e/ou
Colectividades-----
-----Períodos cedência----D.Úteis/valor---Feriados/fim semana/valor-
-----9.00h-13.00h-----50€-----100€-----
-----14.00h-18.00h-----50€-----100€-----
-----20.00h-24.00h-----100€-----150€-----
-----Hora extra-----50€-----50€-----
-----Inclui: Instalações e equipamento técnico disponível no
cine-teatro;-----
-----Nas vésperas de feriado será considerada a tabela de
feriados/fins de semana;-----
-----Em caso de necessidade de instalar equipamentos de
comunicação, projecção, serviços de reprografia e/ou tradução
que não constem no rider técnico do cine-teatro de Almeirim, os
mesmos são da responsabilidade das entidades utilizadoras ou
organizadores."-----
-----O Senhor Vereador José Carlos esclareceu que não houve
grandes alterações. Onde há alguma diferença é nos valores, que
estão mais baixos, pois havia alguma dificuldade de pagamento
por parte das Instituições de Solidariedade Social. Também em
relação ao numero de lugares, houve alteração 288 para 270
lugares para passagem de cadeiras de rodas e mais 2 a meio da
sala, para qualquer apoio ao som e imagem.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo questionou se esta
variação de preços leva à alteração da Tabela de Taxas, ao que o
Senhor Vice Presidente respondeu que este é um Regulamento
próprio, que a partir do momento em que esteja aprovado, as
taxas a cobrar são as constantes no anexo. Sugeriu que nestas
circunstâncias se possa ler "os preços são os referidos em

anexo" neste Regulamento e no futuro aquando da actualização da Tabela de Taxas e Licenças estes sejam introduzidos.-----

-----Posta a votação, foi a proposta acima referida aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE PESSOAL-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----Considerando que, nos termos das disposições conjugadas do artigo 6º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), do artigo 4º do Decreto Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro e do artigo 10º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho (recrutamento excepcional), o inicio do recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho é, agora, precedida do órgão executivo, que deverá cumprir as novas determinações previstas na lei para recrutamento de trabalhadores, com vista à constituição de uma relação jurídica de emprego publico por tempo indeterminado com candidatos com relação jurídica de emprego publico por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego publico previamente estabelecida.---

-----Considerando que, no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Outubro de 2010, deixaram o Município, por aposentação, caducidade de contrato, falecimento e procedimento disciplinar, 47 trabalhadores dos vários quadrantes de actividade (educação, higiene e limpeza, obras e saneamento, secretarias técnica/administrativa...).-----

-----Considerando que, no mesmo período, entraram 28 trabalhadores com uma relação jurídica de emprego publico por tempo determinado/certo, cuja permanência ao serviço do município, no limite, não pode ir para além de 2 de Janeiro de 2012 (3 anos e/ou 2 prorrogações).-----

-----Considerando que, os recursos humanos afectos ao município, diminuíram significativamente, como se pode observar nos quadros

1 (pessoal com contrato por tempo indeterminado) do "Balanço Social" dos anos 2008 (224) e 2009 (279 - este valor já reflecte os 81 trabalhadores com contrato por tempo indeterminado transferidos do Ministério da Educação para o Município em Jan/09) e que, no decurso dos anos de 2011 e 2012, mais 47 trabalhadores (neste valor estão incluídos os 28 do considerando anterior), com contratos de trabalho por tempo determinado/certo, vão terminar os seus contratos e sair do município, situação esta que, acrescida da reconhecida carência de recursos humanos nos sectores de actividade pretendidos, inviabiliza ou mesmo impossibilita o recurso à figura da mobilidade interna ou outro tipo de situação legal, que permita ao município colmatar de imediato as necessidades existentes e futuras, com o número suficiente daqueles trabalhadores, perfil e competências ajustadas às necessidades dos serviços e respectivos postos de trabalho.-----

-----Considerando que, a falta de trabalhadores em postos de trabalho cujas actividades são consideradas de carácter necessário e permanente e, ainda, o vasto numero de idênticos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com contratos de trabalho por tempo determinado/certo ou por desempregados inscritos em programas de inserção, inserção + e estágios qualificação emprego, estão a por em causa o normal e regular funcionamento desses serviços.-----

-----Considerando que, não existem reservas de recrutamento no Município de Almeirim nem na Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), uma vez que ainda não foi publicitado qualquer procedimento concursal para reserva de recrutamento, ficando assim, até à sua publicitação, temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta previa àquela entidade, conforme informação disponibilizada pela Direcção Geral da Administração e do Emprego Publico (DGAEP) no respectivo site.-----

-----Considerando que, os lugares a preencher correspondem a necessidades permanentes de pessoal da autarquia que,

dificilmente serão acautelados mediante o mero recurso às diferentes modalidades de mobilidade, dada a curta duração das mesmas.-----

-----Considerando que, os princípios da celeridade, economia processual, desburocratização e eficiência administrativa e que a finalidade que a Lei pretende acautelar se mostram assegurados desde que se preveja previamente à abertura dos procedimentos concursais, que na impossibilidade de recrutar trabalhadores titulares de contrato por tempo indeterminado, o recrutamento de pessoas sem qualquer relação jurídica de emprego publico possa ser feito no âmbito do mesmo procedimento concursal, com a salvaguarda dos candidatos aprovados e constantes da lista unitária de ordenação final serem chamados para efeitos de recrutamento pela ordem conjugada do Artº 6º com a alínea d) do nº1 do artº 54º e artº55º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e, ainda o artº 37º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro.-----

-----Proponho, no usa da competência expressa na alínea a) do nº 2 do artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e no cumprimento do nº 2 do artº 9º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, conjugada com o nº 3 do artº 10º do mesmo diploma, que o Executivo Municipal autorize que na abertura dos procedimentos concursais constantes da sua deliberação exarada na acta da reunião ordinária de 17 de Maio de 2010 (flhs 12 e 13), seja considerada a possibilidade de preceder ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego publico por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego publico previamente estabelecida, nos termos do nº 6 do artº6º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, sem prejuízo do cumprimento das regras previstas para efeitos de ocupação dos postos de trabalho ditadas pelas disposições conjugadas do artº 6º com a alínea d) do nº 1 do artº 54º e artº 55º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e, ainda o artº 37º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro, isto é, os candidatos aprovados e

constantes da lista unitária de ordenação final, serão chutados pela seguinte ordem: -----

-----1º - Os SME'S, candidatos em Situação de Mobilidade Especial;-----

-----2º - Os candidatos com relação jurídica de emprego publico previamente estabelecida por tempo indeterminado;-----

-----3º - Os candidatos com relação jurídica de emprego publico por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego publico previamente estabelecida."-----

-----O Senhor Vice Presidente informou que em Maio de 2010 foram aprovados um conjunto de lugares e que à altura houve duvidas sobre o procedimento formal, mais concretamente se os disponíveis da função publica teriam prioridade, mesmo sendo um concurso externo, o que se percebeu que sim. Disse também que a figura da "transferência", já não existe no ponto de vista definitivo e que ao fim de ano ou ano e meio se regressa ao ponto de origem.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo questionou qual o procedimento a ter, se depois de admitido se chegar à conclusão que o individuo que ocupa o cargo for um mau elemento, ao que o Senhor Vice Presidente respondeu que há sempre lugar à realização de provas, apesar de que o individuo com relação à função publica tem prioridade.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício questionou que tipo de controle faz o Governo nas contratações para as autarquias, ao que o Senhor Vice Presidente respondeu que é um controle total, sendo uma situação obrigatória o envio de dados para verificação da legalidade ou não na contratação publica.-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----EXPEDIENTE GERAL-----

-----SECÇÃO DE ANDEBOL DA ASSOCIAÇÃO VINTE QUILÓMETROS DE ALMEIRIM - Foi presente o pedido de apoio financeiro pela referida secção, para pagamento de inscrições na Federação de Andebol de Portugal. O valor total de inscrições e despesas efectuadas é de 2278 euros, conforme fotocópias dos recibos anexas ao pedido.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência de 1139 euros.-----

-----GRUPO DESPORTIVO RAPOSENSE - O Grupo Desportiva Raposense vem solicitar ao Executivo apoio financeiro para pagamento relativo à inscrição de 2 jogadores de Futebol 11 no Campeonato do Inatel, cujo valor é de 198 euros, conforme facturas anexas ao pedido.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência de 99 euros.-----

-----GRUPO DESPORTIVO RAPOSENSE - Foi presente o pedido de apoio financeiro, por parte do Grupo Desportivo, para aquisição de 2 máquinas de lavar roupa, que conforme orçamento anexo totaliza os 930 euros.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência de 232,50 euros.-----

-----APAV - GABINETE APOIO À VITIMA DE SANTAREM - Foi presente o pedido de apoio para manutenção do Gabinete da Associação Portuguesa de Apoio à Vitima de Santarém.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade apoiar a proposta da Senhora Vereadora Maria Emília, no valor de 250 euros.-----

-----GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL - Presente a informação do Gabinete de Acção Social da Câmara, devidamente contextualizado relativo ao pedido de apoio financeiro para aquisição de prótese para Benilde de Jesus da Fonseca Marmelo, residente na Rua das

Milheiras, nº 52 em Almeirim. Acompanha informação do GAS, orçamento da Orto Ribatejana, parecer técnico do Dr. Alexandre Penedo e carta da Senhora Benilde Marmelo. O valor da prótese é de 2.900 euros, conforme orçamento, tendo já sido uma parte do valor angariado.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade apoiar com 1000 euros.-----

-----PEDIDO DE APOIO - JOSE MONTEZ - O Senhor Vereador José Carlos apresentou a seguinte proposta:"Realizaram-se nos dias 22 e 23 do corrente mês no cine teatro de Almeirim dois espectáculos organizados pelo Rancho Folclórico Infantil de Fazendas de Almeirim, com a colaboração do Orfeão Infantil e Juvenil de Almeirim, para angariação de fundos para apoio aos tratamentos (e demais necessidades) em Alcoitão do nosso funcionário/motorista José Carlos Montez. Foram angariados cerca de 3.000 euros.-----

-----Proponho que se participe o valor excedente e em falta no montante de 1.250 euros."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade apoiar com a importância de 1.250 euros.-----

-----PEDIDOS DE APOIO PARA PASSES ESCOLARES - Foram presentes 2 pedidos de apoio para passes escolares, ambos devidamente informados pelo Gabinete de Acção Social da Autarquia. Os pedidos são em nome de Cláudia Sofia Mateus, residente na Rua Augusto do Carmo Ribeiro, nº 25, r/c dtº, em Almeirim e outro em nome de João Pedro Henriques da Silva, residente na Rua Condessa da Junqueira, Atalho, em Almeirim.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade conceder os passes aos respectivos alunos.-----

-----DISPENSA DE PESSOAL - ORFEAO DE ALMEIRIM - ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE UTILIDADE PUBLICA - O Senhor Presidente deu conhecimento do convite endereçado ao Orfeão de Almeirim, pela

Santa Casa da Misericórdia da Vila das Velas, São Jorge, Açores, para participação em intercambio cultural. Vem o Orfeão dirigir-se à Autarquia para solicitar a dispensa da funcionária Maria Celeste Cruz para deslocação e participação no referido intercambio, no período de 14 a 18 de Abril do corrente ano.-----

-----Foi deliberado por unanimidade autorizar a dispensa da funcionaria na data acima indicada.-----

-----O Senhor Vice Presidente pediu a palavra para prestar informação relativa ao corte de cerca de 35 arvores, na estrada que liga Almeirim à Tapada. Informou que foi feito um levantamento das árvores existentes e que estas se encontram num estado de enfraquecimento por serem arvores com muita celulose e pouco rijas, o que se torna perigoso, pois a qualquer momento algum tronco se poderá partir e por em perigo a circulação de quem passa por aquela estrada.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo concordou, pois é de opinião que as arvores existentes já não oferecem condições de segurança, salientando que a Câmara deve ter em atenção a escolha das novas arvores a plantar, pois devem ser arvores de madeira mais rija.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezasseis horas e quinze minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica